

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 3 - A CONSTRUÇÃO DE INTERLOCUÇÕES: CAMPOS DISCIPLINARES E SOCIEDADE

ARTIGO

ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E TROCAS CULTURAIS NO MEIO RURAL BRASILEIRO: APONTAMENTOS SOBRE O QUILOMBO DO JAÓ

Sílvia Corrêa Marques *

RESUMO

Este artigo apresenta a metodologia e os resultados da pesquisa de doutorado *Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro*, realizada em uma das áreas do Estado de São Paulo categorizada como comunidade remanescente de quilombo. Através da arqueologia da paisagem, do cotejamento de fontes diversas e da interface entre arqueologia e musealização, busca-se apresentar uma discussão sobre a categoria remanescente de quilombo a partir das experiências vividas pelos habitantes do Jaó. Propõe-se que este seja um caminho para se pensar os grupos marginalizados na sociedade brasileira, e os quilombos como espaço de resistência e trocas culturais. Isto significou considerar a participação dos moradores no trabalho de campo, na identificação, valorização e ressignificação dos objetos, paisagens e lugares da memória como referências patrimoniais para o grupo

Palavras-chave: Quilombos, Musealização da arqueologia, Patrimônio

ABSTRACT

This article presents the methodology and the results of the doctoral research *Revealed landscapes: Brazilian peasants of the Jaó quilombo*, carried out in areas of Sao Paulo State categorized as remnants of quilombo settlements. A study of the remnant quilombo settlement is done through Jaó residents' life experiences, based on landscape archaeology, comparison of several sources and the interface between archaeology and musealization. We propose this can be a way to examine marginalized groups in Brazilian society and consider quilombos as sites of resistance and cultural exchange. The study involved analysis of residents' participation in land preparation, identification, valuation and resignification of objects, landscapes and places of memory as heritage references for their group.

Key words: Quilombos, Musealization of archaeology, Heritage

* Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2012). Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva. Sócia-fundadora da empresa Itanguá Consultoria Ambiental.

INTRODUÇÃO

Arqueologia e musealização, duas áreas do conhecimento que, se integradas, produzem um novo conhecimento, criam novos significados para objetos, paisagens, lugares da memória e práticas culturais tradicionais que se perderam no tempo. Sem dúvida, dessa aproximação, quando nasce a musealização da arqueologia, a cultura material evidenciada ganha novo sentido e potencial para a extroversão, para a comunicação. O patrimônio inventariado transforma-se em herança, em referência patrimonial, pertence à comunidade, àquele grupo, conta a história daquele lugar (BRUNO, 2006).

Na esteira dos movimentos de renovação da museologia, oficializado no Chile em 1972 e proposto por Varrine-Bohan entre outros, afirmou-se a necessidade do envolvimento das comunidades na gestão de seu patrimônio, o que pressupunha o desenvolvimento de metodologias participativas. Olhava-se finalmente para as minorias, para os menos favorecidos, atrelando as novas práticas museológicas e os novos modelos de museus, como o museu integral, o ecomuseu, o museu de território a um processo de inclusão e transformação social. Tratava-se de uma postura radical, não apenas de interação, mas de intervenção. A nova museologia abriu um novo caminho de interlocução com a arqueologia ao propor outros cenários de atuação para além dos tradicionais museus na medida em que passa a comportar múltiplos espaços de intervenção, como bairros, comunidades, territórios, apoiados em seu patrimônio (VARRINE-BOHAN, 2000).

Autores como Sergio B. de Holanda (1994), Antônio Candido (1977), entre outros, fazem parte de uma tradição brasileira em observar e descrever as relações sociais e culturais no meio rural brasileiro. Dessas narrativas, emergem as contradições, a exploração, as desigualdades sociais e também toda a diversidade cultural que compõem o universo rural mestiço, sertanejo, caboclo ou caipira, a casa de pau a pique, o fogão de lenha, o monjolo, o milho e a mandioca, a caça, a mata, os rios, enfim, os costumes, a cultura material e as tradições da “gente miúda”. Nessa ordem de ideias, os autores citados revelam as estratégias de sobrevivência em meio muitas vezes hostil, decorrentes das condições ambientais e, principalmente dos mecanismos de dominação e dependência, de manutenção das desigualdades sociais, herança de um passado escravista, em que se determinou o lugar social das populações indígenas, africanas e seus descendentes (MARTINS, 1994).

Outro dado importante para a análise do tema decorre do fato de que as melhores terras para a agricultura ou mesmo a pecuária sempre foram ocupadas pelos grupos que detinham o poder político e econômico. Coube às populações marginais, entre elas os agrupamentos rurais formados por famílias afrodescendentes, a apropriação de pequenos lotes circunvizinhos aos latifúndios do período escravista ou após a sua desagregação. Como afirmam os estudos, nesse contexto específico, essa ação deu-se por doação a famílias de ex-escravos ou compra (FRY e VOGT, 1996; MARQUES, 2001).

Esse trabalho trilha os caminhos abertos pelos pesquisadores como Alfredo B. de Almeida (1996) e Maria de L. Bandeira (1988), que reconstituem de forma inovadora e pioneira a experiência vivida e compartilhada por outros agrupamentos negros e descrevem

respectivamente a reapropriação do espaço pelos moradores das “terras de preto” no Maranhão, surgidas da desagregação dos latifúndios monocultores e da comunidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, formada a partir do abandono da cidade e das terras adjacentes na exaurida região mineradora do rio Guaporé, na então capitania do Mato Grosso.

Nesse contexto, essa foi a preocupação central da pesquisa de doutorado em arqueologia, desenvolvida junto à comunidade quilombola do Jaó, localizado no município de Itapeva, no extremo sudoeste do Estado de São Paulo, a 55 km da divisa com o Estado do Paraná. Para os anos de 2011 e 2012, viviam na comunidade, 60 famílias, contabilizando 400 pessoas aproximadamente, em uma área de 164 hectares (ou 68 alqueires), distante 15 km da cidade.

O que era para ser uma contrariedade entre termos, afrodescendentes e propriedade rural, o Jaó acabou por revelar-se um exemplar na história do Brasil. Os moradores são proprietários da terra onde vivem. O que há de concreto em termos jurídicos é a necessidade da atualização da documentação que permanece em nomes dos familiares já falecidos, uma ação que está sendo mediatizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse fato em si, a condição de sítiantes, proprietários, direcionou grande parte do trabalho de campo na localização do local exato da fundação do quilombo, da primeira moradia dos fundadores do Jaó, Joaquim e Josepha. Momento em que as informações cartoriais e orais foram cruzadas.

Tradicionalmente um sítio de agricultores afrodescendentes, o Jaó é formado por famílias aparentadas que permanecem vivendo na terra indivisa há mais de cem anos, um território que se formou articulado às grandes fazendas de invernagem e criação de animais e ao corte de lenha para a Estrada de Ferro Sorocabana. O sítio Ponte Alta (atual Jaó) se formou no momento da desagregação do ciclo do tropeirismo, no final do século XIX, período em que a feira de animais de Sorocaba já se encontrava extinta, portanto num momento de crise. Segundo Almeida (2006), o contexto de decadência econômica abriu margens de negociação e possibilitou a formação de diversas comunidades negras rurais por várias regiões do Brasil.

Mocambos, quilombos, terras de preto, presentes em todo território brasileiro, são vistos como expressões de formas de existência coletiva e comportam experiências singulares como a terra de uso comum (ALMEIDA, 1989, 2004, 2006). São igualmente considerados portadores de uma herança cultural, material e imaterial, que lhes confere um sentimento de ser e pertencer a um território, a um grupo, a uma linhagem familiar (GUSMÃO, 1996). Portanto, são sujeitos em defesa de seus direitos territoriais apoiados no auto reconhecimento coletivo e por pesquisas etnográficas incumbidas da produção de laudos antropológicos que comprovem a sua condição de comunidades remanescentes de quilombo, para que o Estado os reconheça como proprietários. Na esfera pública nacional, a reivindicação primordial é a titulação das terras, ponto de maior fragilidade da quase totalidade de comunidades negras rurais no Brasil.

A análise conjunta das terras de uso comum e remanescentes de quilombo foi um dado buscado e encontrado na construção das paisagens antigas do Jaó, ainda que sejam paisagens na memória, rememoradas. O deslocamento em campo, em parceria com os moradores, proporcionou a localização desses marcos. Assim, outro elemento fundamental na formação

cultural do grupo foi reconstituído pela arqueologia em estreito diálogo com a bibliografia referente ao uso tradicional da terra no Paraná.

O que era visto como sinal de atraso, e não de resistência, pelos agentes externos que passaram a interagir com a comunidade com o objetivo de incremento da produção agrícola, a terra de uso comum, foi rerepresentada aos membros do Jaó, como prática de um Brasil caboclo e muito presente no território paranaense, chamados faxinais, uma combinação entre apropriação privada da terra, com criadouros em comum. Tavares (2008), afirma que se trata, na sua origem, da junção de indígenas fugitivos das missões, aldeamentos e da escravidão e escravos africanos fugidos das fazendas de gado.

O divisor de ordem ambiental e econômica estaria na ausência de ervais nativos na região de Itapeva. Constatação que me levou a buscar e a compreender os fatores de ordem ambiental presentes no território quilombola, ou seja, os recursos naturais que o cerrado e as áreas de campos poderiam oferecer. Como as árvores Cambará e Açoita Cavallo localizadas em campo, utilizadas para cercas, esteio das antigas casas de barro e monjolos fabricados no passado. Os depoimentos informaram sobre a coleta de frutas nativas, a caça, o uso do sapé na cobertura das casas de barros e paióis de milho, a reutilização do cupinzeiro para fazer fornalha, o pasto nativo para os animais e outras respostas engendradas pelos habitantes do Jaó na correção da acidez do solo, como o plantio de leguminosas, principalmente o amendoim e o feijão e o uso da palhada do milho após a colheita. Além da prática tradicional da rotatividade de culturas.

A tese também enfatizou que, para a região de Itapeva, próxima à divisa com o estado do Paraná, o clima frio deixou o município fora da economia cafeeira e com diminuta presença da mão de obra imigrante de europeus. Se comparada às cidades do Paraná, onde ocorreram projetos de imigração e colonização desde o Império e, conseqüentemente, o enfrentamento entre colonos e caboclos, estes na condição de posseiros, Itapeva teve trajetória diferente, de menor pressão sobre os espaços ocupados por sitiantes.

Nesse sentido, abriu-se uma reflexão em torno dos trabalhadores nacionais pobres no pós-abolição, inserida em uma conjuntura histórica específica em que se deu o final do regime escravista em Itapeva, o que pode ter contribuído para a mescla entre as populações saídas do cativo e pobres livres brancos e mestiços e a formação do Jaó. Outros dois agrupamentos foram identificados e georreferenciados na tese, Cerrado e Sitinho, ocupados por famílias afro-brasileiras, brancas e mestiças, segundo os depoimentos colhidos no Jaó. Orientada pelos moradores mais velhos, localizei em Itapeva os descendentes de Nhá Gonçalves, uma das proprietárias do Cerrado.

Entretanto, apenas o Jaó chegou ao tempo presente. Quais foram as estratégias de sobrevivência adotadas pelos moradores do Jaó? Que grupos sociais formaram o contingente de trabalhadores nas fazendas de Itapeva? Do ponto de vista da arqueologia da paisagem, quais foram os limites e as possibilidades impostas pelo meio? Nessa área específica de conhecimento, as discussões giram em torno da arqueologia pré-colonial com ênfase na captação de recursos e dos critérios para a escolha dos assentamentos. Como pensar a arqueologia da paisagem em área quilombola? Questões que a tese procurou responder.

A comunidade foi estudada inicialmente durante a pesquisa de mestrado em História Social (2001), sendo retomada no doutorado (2012), agora inserido em um corpo de investigação científica mais amplo e de cunho interdisciplinar. Nesse sentido assinalo que este foi um momento de retorno à comunidade e não de inserção.

A longa convivência com os moradores do Jaó, por mais de dez anos, proporcionou-me compartilhar experiências, identificar conflitos e mudanças no seu cotidiano e no uso tradicional da terra, de apropriação familiar, como terras de herança, para áreas coletivas como exigiam os projetos de desenvolvimento implementados pelo município e pelo governo do Estado a partir da década de 1990. Frequentei o Jaó como pesquisadora e depois como professora (PEB II) da escola municipal que lá existe. Acompanhei a inserção da Fundação de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) na comunidade e a posterior categorização do Jaó como quilombo (2000).

Essa relação antiga levou-me a retornar à comunidade com uma proposta participativa de pesquisa, procurando dialogar não apenas com as fontes, sejam elas arqueológicas e históricas, mas principalmente com a própria comunidade (Abreu, 2010). Convidei-os a participar do trabalho de campo, num exercício contínuo de levantamento e apresentação dos dados coletados, pois um dos objetivos da pesquisa foi o de considerar o legado arqueológico como um valor indissociável da identidade do grupo.

Nesse processo de conformação da paisagem, de artificialização do meio, como apontam Criado Boado (1999) e Morais (2000), paisagens são produzidas, tornam-se artefatos para o arqueólogo e, muitas vezes, elementos naturais ganham status de geoindicadores, uma árvore centenária, um rio, um elemento do relevo. A paisagem possui uma dimensão cultural, além dos componentes naturais. É resultado também da interação entre o homem e o meio, possui autor, historicidade e significado (COSGROVE, 2004; SAUER, 2004). Além do mais, a arqueologia trabalha com dados espaciais, com os mecanismos de adaptação humana, com a identificação dos recursos disponíveis. O estudo procurou mostrar que os fatores de ordem física e natural podem ser limitantes ou engendrar respostas inovadoras.

Nesse sentido, o Jaó se configurou como um território privilegiado para uma ação baseada na preservação do patrimônio, seja pela singularidade da sua longa história, ou mesmo pela existência de um patrimônio material e imaterial ainda não evidenciado, analisado e valorizado plenamente. A pesquisa pretendeu ser o ponto de convergência entre o Jaó caboclo e o Jaó quilombola.

A reflexão sobre os princípios norteadores da chamada nova museologia foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado. Neste trabalho, faz-se a análise e discussão sobre o interior rural brasileiro, a partir das experiências e das referências patrimoniais que compõem o vivido dos habitantes do Jaó, uma comunidade remanescente de quilombo, formada no contexto do pós-abolição, em 1889. Nesse sentido, a arqueologia da paisagem foi igualmente fundamental para a pesquisa, diante da sua predisposição em reconstituir os cenários antigos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O corpus documental foi composto pelos vestígios arqueológicos ou indicadores da memória, documentos cartoriais municipais, depoimentos gravados e transcritos, além dos registros fotográficos realizados a partir de observação sistemática de ambientes, lugares da memória, vestígios arqueológicos e cenas do cotidiano.

É importante destacar que a área total do quilombo do Jaó foi adquirida por compra em dois momentos: em 1889 e 1897. A documentação referente à totalidade do território ocupado por eles, inventários e escrituras de compra de terras, principalmente, foram localizada nos Cartórios de Primeiro e Segundo Ofício de Itapeva e no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itapeva.

As observações, por sua vez, foram verticalizadas por intermédio de prospecções arqueológicas que permitiram a localização de geoindicadores e a identificação de concentração de vestígios materiais, de indicadores de locais de habitação, de plantio, de criação de animais no território e de trilhas, caminhos antigos e outros lugares dados como referência pelo grupo, como um espaço de relações externo à área ocupada do quilombo. Entre eles, o citado sítio Cerrado. Para tanto foram realizadas caminhadas pelo território e seu entorno, previamente planejadas, limpezas de pequenas glebas ou terreno para a coleta de superfície. Esses levantamentos geraram o georreferenciamento dos vestígios e lugares de memória e a elaboração de mapas referenciais.

Além disso, de acordo com as premissas da nova museologia, que prioriza o trabalho integrado e participativo com a comunidade na evidência de seu patrimônio, optou-se por capacitar jovens da comunidade nesse processo iniciado com o doutorado, de transformação do Jaó em um museu de território, enquanto expressão da identidade cultural desse grupo específico, como patrimônio histórico e arqueológico a ser preservado.

Os jovens foram selecionados e, por meio de estratégias de Educação Patrimonial, de uma proposta de intervenção pedagógica, participaram da pesquisa. É importante salientar que no trabalho de campo e no momento da coleta dos depoimentos, os membros mais velhos da comunidade afirmaram que os jovens e crianças pouco sabiam do “tempo dos antigos”. Na verdade, essa posição deve ser analisada diante do processo recente de renovação ou mudança identitária. Em campo, várias gerações se encontraram. O projeto foi acatado por um parceiro que prefere não ter seu nome divulgado com o fornecimento de uma bolsa auxílio aos jovens no valor de R\$170,00 que ingressavam na pesquisa.

Assim, compreender a leitura que esses sujeitos fazem das suas experiências vividas, foi possível por meio do trabalho campo em parceria e da coleta de depoimentos. Marcas na paisagem foram georreferenciadas, fotografadas, identificadas e evocaram lembranças que não foram esquecidas pelos moradores do Jaó. Entre elas, o que a tese definiu como a constituição no passado de uma paisagem antiga, uma paisagem cabocla de raiz africana, ou seja, um sítio de agricultores que plantavam para a sobrevivência diversos produtos como milho, feijão, mandioca, arroz, banana, cana de açúcar, batata, cebola, alho, hortaliças diversas, além da criação de porcos e galinhas. Nesse tempo, os membros da comunidade conseguiram obter uma produção diversificada para a subsistência, baseada no trabalho familiar e, em vários momentos, alcançaram a condição de produtores.

O estudo também enfatiza que algumas famílias conseguiram comercializar a produção na feira de Itapeva. O transporte era feito por carroções com animais próprios. Mais que expressar uma forma particular de existência, os elementos acima identificados são vistos na pesquisa como aspectos da cultura afrodescendente que incorporou elementos da cultura cabocla, herdeira do legado cultural indígena, desenhando a diversidade cultural brasileira no meio rural e formado por distintos atores.

Caminhou-se em direção do Jaó como terra comprada, como propriedade privada, efetivada em dois momentos diferentes, 1889 e 1897, segundo a documentação cartorial localizada em Itapeva, analisada no mestrado e ampliada no doutorado. Nesse debate com os moradores, a tese da terra doada em sua totalidade pelo fazendeiro vizinho, proprietário da fazenda Lagoinha, perdia força. Finalmente o sítio Ponte Alta do vovô Joaquim e mãe Josepha tornou-se assunto, não apenas entre os mais velhos, mas de toda a comunidade.

Foi a condição de produtores no passado, identificada no desenvolvimento do trabalho de campo, que determinou uma ação de intervenção na comunidade, com o objetivo de associar o saber tradicional, da policultura, do manejo do solo sem agrotóxicos, com a implantação dos Programas de Olericultura Orgânica e de Agricultura Orgânica - Certificação, pelo Sindicato Rural de Itapeva e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), mais um parceiro que se associou à pesquisa. Portanto, de valorização e inclusão do saber local. Passam a frequentar a comunidade, outros técnicos, agrônomos e agricultores orgânicos da região, criando um espaço de aprendizagem para os adultos, homens e mulheres que participaram do projeto. É importante destacar que muitas famílias da comunidade já estavam fornecendo verduras e frutas (abacate, limão, laranja, banana, entre outros) para programas do governo federal como o Programa de Aquisição de alimentos (PAA). Intervenção rapidamente aceita pelos moradores e que foi pensada como de adaptação e intensificação de suas técnicas tradicionais e não de ruptura.

O que reter do passado para preparar o futuro? A condição de produtores foi a escolhida, da imagem do Jaó como terra de homens e mulheres agricultores e de proprietários de chiqueiros, cavalos, burros e algumas cabeça de gado. Esse foi outro direcionamento do deslocamento pelo território sugerido por eles, além do local de origem do Jaó e que remete ao documento cartorial de 1899 localizado no doutorado. Para além das questões determinantes de ordem econômica, foi com a experiência no convívio com os moradores que se pode perceber que a morte de um dos membros da comunidade, José Estevam, em 1991, referência como produtor, comerciante e liderança para o Jaó, provocou um abalo profundo no grupo. Chegou a mim uma pequena fotografia sua 3X4, e o líder foi reconduzido ao seu lugar exemplar de grande produtor agrícola do Jaó e de proprietário de diversos animais e de um potreiro.

A escolha do trabalho de campo compartilhado, levou a readequação do prazo do trabalho de campo por diversas vezes, pois esta postura implica em aprender a ouvir, a respeitar o tempo deles, o tempo do silêncio e o tempo da comunicação. Os territórios quilombolas são hoje espaços dinâmicos, com a presença de diversos agentes e discursos. É fato relatado pelos moradores o constrangimento que sentem quando visitantes chegam ao quilombo e afirmam não encontrarem nada africano, nada relevante a ser visto. Esse cuidado

foi tomado diante da proposta metodológica de compartilhar o trabalho de campo com os moradores.

Vale ressaltar que fui objeto de questionamento por diversas vezes e inquirida a ajuda-los a compreender em toda a sua extensão a condição de quilombolas. Na inversão de papéis, quando eu fui a entrevistada, percorrendo as diversas casas da comunidade, como sugerido por eles, a preocupação estava em enfatizar que, mesmo diante de condições históricas adversas, pois se trata de um grupo rural afrodescendente formado logo após a abolição, eles construíram uma história, formaram famílias, criaram paisagens, tornaram-se produtores, congregaram conhecimentos tradicionais para o manejo do solo, como afirmado anteriormente, utilizavam o arado puxado por animal e exploraram os recursos naturais do cerrado, como foi analisado na pesquisa. A vegetação nativa de Itapeva era composta até meados da década de 70 do século XX, por Mata Atlântica, Cerrado e seus vários tipos intermediários associados a fragmentos de Matas de Araucária, uma diversidade de ambientes e paisagens. Um fragmento do antigo arado foi resgato pelos jovens no terreno de Roque e Maria José.

Ficou constatado que esse movimento não é necessariamente o tempo da pesquisa acadêmica. No caso das comunidades quilombolas, diante da vulnerabilidade econômica a que ainda estão sujeitos e da visibilidade que ganharam nos últimos anos, entende-se que seu cotidiano é atravessado por interesses diversos, muitas vezes conflitantes com os da própria comunidade.

Da mesma forma, procurou-se não perder de vista, as mudanças macroeconômica que ocorreram nas últimas décadas em Itapeva, como a expansão das áreas de reflorestamento, mudando o perfil das fazendas no entorno do Jaó, assim como as dificuldades de escoamento da produção que afeta de maneira geral, os pequenos produtores.

O aumento demográfico da comunidade, nas últimas décadas, é outro dado concreto que foi considerado, pois tem sido um elemento de instabilidade, e está relacionado ao aumento de áreas de cultivo com uso de maquinário, aplicação intensa de calcário pelos agentes mediadores e, conseqüentemente, o desmantelamento das terras de herança, de apropriação familiar. Ao longo dos caminhos percorridos, com inúmeras estradas e trilhas, ao buscarem explicar o passado, alguns moradores indicaram outra estratégia do grupo e que garantia o aumento da produção agrícola, a permissão para plantar em pequenas parcelas de terras férteis nas fazendas que circundavam o Jaó, relações baseadas em laços de amizade com os proprietários vizinhos e na livre circulação dos moradores pelo entorno do Jaó. Espaço de negociação e de relações que deixaram de existir há tempo.

Algumas exigências foram feitas pelos moradores para o desenvolvimento da pesquisa, como, por exemplo, não criticar as escolhas religiosas do grupo no presente, tampouco identificar na paisagem os antigos locais de culto relacionados a outras religiões praticadas no passado, como a religião católica e a doutrina espírita que, na verdade, compunham esse universo caboclo que a tese defende. Situação já identificada no mestrado. O Jaó é uma comunidade profundamente religiosa, esse é o traço cultural que permanece. São, no presente, evangélicos ou crentes, na definição grupo. A pesquisa demonstrou que a “comunidade de irmãos”, as pequenas igrejas dispersas pelo território e que foram dadas

como referência patrimonial do grupo, são hoje elementos estabilizadores do ponto de vista espiritual, econômico e comunitário.

Essa foi a proposta da tese, não partir de uma definição pré-concebida do conceito de quilombo, ainda que se reconheça a contribuição teórica e conceitual de antropólogos, historiadores na revisão e ampliação do tema quilombo, já distanciado da ideia de isolamento, mesmo aquelas comunidades negras rurais do período escravista (O'DWYER, 1995, 2002; GOMES, 1996; ALMEIDA, 2006; ARRUTI, 2006).

Igualmente, contextualizar as experiências desses sujeitos, inserindo-os no campo da historiografia social da escravidão, da cultura e do cotidiano que concebem a história como uma construção de vários sujeitos e a existência de processos históricos ressonantes, mas simultâneos. Essa foi a perspectiva da tese na coleta e na análise das informações. A historiografia, a partir de recortes temáticos e enfoques regionais, deu um novo estatuto à presença da família escrava em pleno cativo, fortalecida pelas relações de parentesco e compadrio, do casamento misto de escravos e libertos, além de estudos sobre a participação ativa de escravos, libertos e quilombolas nos processos históricos, em meio a relações de conflito, violência, negociação, alianças e acomodação. Outro tema intensamente discutido refere-se à obtenção da alforria por meio da compra ou prestação de serviços, estratégias adotadas em meio ao poder coercitivo da escravidão. O que se convencionou chamar de espaços possíveis de sociabilidades (SILVA, 1995; SLENES, 1996; CASTRO, 1998; SCHWARTZ, 2001).

Da memória dos mais velhos do Jaó, emergiram lembranças que me fizeram percorrer esse caminho, o fato do vovô Joaquim ser descrito como liberto e domador de burro xucro, mãe Josepha, filha de mãe índia e pai negro, além de outro membro da família ter chegado a Itapeva com as tropas, vindo do sul. Próximo a uma antiga rota de circulação de animais reconstituída na tese, compondo uma paisagem mais ampla, que englobava as fazendas Pilão d'Água e Lagoinha (atual São Marco), a história do Jaó teve início, chegando ao tempo presente, quando adquire a nova condição de quilombola.

Nessa ordem de ideias, compreender as experiências desses sujeitos em sua totalidade exigiu a reconstituição de outra paisagem rural agrária na qual Itapeva deveria ser reconduzida. Para ordenar a narrativa sobre o passado, procurei descrever a formação de um mercado interno de animais nos séculos XVIII e XIX, quando Itapeva se fez presente a partir de um forte vínculo com o sul pecuarista e demarca a chegada da mão de obra cativa de africanos e crioulos (nascidos no Brasil). Dessa forma, o tropeirismo chega a Itapeva pelas redes de caminhos que se espalhavam pelo sul do Brasil, a partir do trânsito de animais e tropeiros, entre ele o de Viamão, em direção à feira de animais em Sorocaba.

Nesse contexto regional, é importante destacar que muitos fazendeiros de Itapeva foram proprietários de terras na região de Castro, Paraná. Itapeva, entre outras localidades devem sua formação e desenvolvimento ao estabelecimento das fazendas de inverno, locais de descanso e engorda dos animais, principalmente o muar. Enfatizou-se também a presença de grande número de poteiros, de agricultores que cultivavam o milho, da produção para a subsistência, assim como as particularidades da escravidão numa região não exportadora, mas

parte fundamental de uma extensa rede de abastecimento interno de animais para as regiões agroexportadoras (PETRONE, 1976; CORRÊA, 1997; OSÓRIO, 2007).

A historiografia paranaense foi fundamental para a compreensão da escravidão e seu final em Itapeva. Destaca-se nas fazendas pecuaristas de Castro e Itapeva a presença majoritária de escravos crioulos, muitos deles casados e de crianças nos plantéis das fazendas, considerados pequenos se comparados às regiões monocultoras exportadoras, convivendo com agregados e camaradas. Os dados oficiais sobre escravos aparecem nos recenseamentos a partir da segunda metade do século XVIII, as chamadas *listas nominativas de habitantes* (Arquivo do Estado de São Paulo). Não se trata de um contexto escravista mais brando, apenas de descrição das suas particularidades, pois famílias e crianças também indicavam o aumento natural da população escrava para os proprietários (GALLARDO, 1988; MARQUES, 2001).

Da análise do documento intitulado *Audiência especial para entrega de cartas de alforria*, (Secretaria Municipal de Cultura de Itapeva), para o ano de 1887, constam informações sobre casamentos mistos de escravos e libertos e de escravos de diferentes senhores. Na fazenda Pilão d'Água, viveram o casal Apolinário *de tal*, escravo e Carolina de Paula Lima, indígena, pais de Josepha de Paula Lima, a fundadora do Jaó. De lá saiu o casal Joaquim e Josepha para viverem no sítio Ponte Alto, atual Jaó, vizinhos da fazenda Lagoinha (MARQUES, 2001).

O censo do Império citado anteriormente (Arquivo do Estado) contabilizou para Itapeva em 1816 uma extensa gama de lavradores pardos e brancos (320), se comparados aos senhores de escravos, negociantes e tropeiros (52) e agricultores (39). Os lavradores se dedicavam à agricultura de subsistência e recorriam à mão de obra familiar, em alguns casos destaca-se também a presença de agregados (MARQUES, 2001). Uma hipótese levantada na tese a partir da experiência vivida pelos moradores do Jaó, seria a apropriação de terras do cerrado ou do entorno das grandes fazendas de invernagem, vivendo coletivamente, em terra comum, como estratégia de sobrevivência diante de uma sociedade escravista que deixava grande parte da população marginalizada.

Sem dúvida, olhar essa população é considerar outras variáveis. Paulo Machado (2001), ao descrever o modo de vida de pequenos e médios lavradores, posseiros, que viviam no planalto catarinense no início do século XX, destaca a importância da criação de suínos para os ocupantes das matas, capoeiras e “campo sujo”, estabelecidos fora das áreas de pastagens nativa, dominadas pelos fazendeiros pecuaristas no caminho das tropas.

Na identificação dos lugares de memória pelo grupo, nomes de integrantes do Jaó já falecidos foram lembrados. Entre eles, Alexandre, e os irmãos que atuavam em conjunto (“de ameia”), Benedito e José Estevam, citados como grandes criadores de porcos. Caminhando em companhia de Reinaldo pelo lugar denominado por eles como Tapera, identificamos no território o local dos antigos chiqueirões, próximo a uma mina d'água e da casa antiga (“tapera”) de Laurinda, filha de Joaquim e Josepha. Nesse local, Antônio Rita viveu como agregado, criando porcos “de ameia” com os moradores do Jaó. Aprígio e sua primeira esposa também foram citados como “de fora”, ou seja, agregados, e construíram um rancho com paiol de barro coberto de sapé. Após ficar viúvo, casou-se com uma jovem do Jaó. Assim, suínos e roças de milho foram dois elementos estratégicos na composição dessa

paisagem antiga. Pelos depoimentos das mulheres, como de Calisa, de 89 anos, o porco também teve outra serventia, pois fornecia a banha para a conservação das carnes, guardadas em latas depois de fritas.

A todo o momento, a perspectiva analítica esteve pautada da ideia de pertencimento e não de isolamento, na ideia de protagonismo nas ações de patrimonialização, da memória enraizada nas paisagens e vestígios (NORA, 1993; BOSI, 1987). Nesse sentido, percorrer a Tapera e o Capão, onde estão as terras de culturas, coletivizadas e identificadas como “da associação”, após a entrada de diversos mediadores no Jaó, é percorrer um mosaico de recortes, de lembrança de prática de ajuda mútua, divisões que seguiam uma lógica de terra de herança, com predomínio da posse em nome das filhas de Josepha e irmandades em meio as mudanças. No centro da comunidade, a antiga área de pasto nativo de uso comum, transformou-se em outra área agrícola, identificada como da comunidade ou da associação.

Como afirmado, procurou-se igualmente compreender, do ponto de vista ambiental, as paisagens pretéritas ainda presentes na memória dos habitantes do Jaó. Na área central da comunidade, transformada em área agrícola coletiva há 15 anos aproximadamente, pelos depoimentos, retornaram os cavalos criados soltos em área de campo de uso comum, campos nativos cobertos por “barba de bode” e árvores de gabioba, pitanga rasteira, cascudo. Trata-se do campo cerrado, atual savana arborizada. Fatores de ordem ambiental, parte do contexto arqueológico, que elucidam as cenas da cultura tropeira rememoradas e que possibilitou tanto a criação e a posse de animais pelos homens do Jaó como a coleta de frutas nativas pelos moradores e visitantes.

Como mostrou a pesquisa, os campos naturais tipicamente paranaenses e percorridos pelos tropeiros alcançaram Itapeva, foram transformados em fazendas de invernagens de animais, como as fazendas Pilão d’Água e Lagoinha (atual São Marco) citadas de forma recorrente nas conversas informais e nos depoimentos. Trata-se da Estrada Velha da Lagoa Grande, que passa dentro do quilombo e foi reconstituída no doutorado, a partir dos documentos cartoriais e do trabalho de campo, em companhia dos jovens do Jaó, acostumados a percorrer a antiga trilha que tem como marco referencial o ribeirão do Afiafaca, parte de um trajeto percorrido a pé e a cavalo pelos moradores para chegar à cidade de Itapeva, desde os tempos mais remotos.

Nesse trajeto, foram inventariados os dois outros agrupamentos citados anteriormente, formados por famílias afrodescendentes, mestiças e brancas, segundo as fontes orais e que permeiam toda a história do Jaó. O Sitinho, terra deixada em testamento por Honorato Carneiro de Camargo (1916), proprietário da fazenda Lagoinha e anexa à fazenda. E o Cerrado, área em torno de 9 alqueires e de propriedade de José Martins, Nhá Gonçala e Tio Toninho Conrado. Lá viveram também os de sobrenome Alexandre e os descendentes de tio Messias. Do segundo saíram os homens, membros de duas parentelas, os Estevam e os Martins, para casar com as filhas de Joaquim e Josepha e passaram a viver no Jaó, uma área maior, de 68 alqueires. Ambos não chegaram ao tempo presente, as terras foram vendidas. As fazendas Pilão d’Água e Lagoinha, os sítios Sitinho, Cerrado, Jaó fazem parte de um território, de uma paisagem mais ampla reconstituída na tese. Um espaço de relações de trabalho, parentesco, amizade e casamentos. Naquele tempo, tratava-se do sítio Ponte Alta,

denominação alterada para Jaó com a mudança do nome de uma das estações da Estrada de Ferro Sorocabana (1909), de Guaíra para Jaó (1930), próxima ao quilombo.

A linhagem feminina a partir de Josepha forneceu outra perspectiva para o entendimento do Jaó, a presença indígena na comunidade e em Itapeva. Essa questão foi colocada por eles não no mestrado, mas nesta pesquisa, momento em que os moradores estão mais próximos da ideia do Jaó como quilombo e, principalmente da compreensão da diversidade que ele congrega, muito em função também do diálogo com os técnicos do ITESP e também com os técnicos do INCRA. Todos nos sentamos à mesa para compartilhar informações.

Assim ganhou destaque não apenas a figura de Joaquim, mas a de Josepha, que, provocados por mim a defini-la, passam a chamá-la carinhosamente de “mãe Josepha”, aquela que deixou a terra para eles viverem em comunhão, em segurança. Abriu-se uma linhagem materna de indígenas unidos a afrodescendentes e seus descendentes e ganhou relevância não apenas na formação, mas também nas relações familiares vivenciadas na comunidade, no patrimônio material e imaterial do Jaó. José Maurício Arruti (2006) introduz novos temas, descrições e perspectivas originais sobre o tema como, por exemplo, a relação entre indígenas e quilombolas, leitura fundamental para compreender o Jaó. Pesquisa sobre os quilombos do Vale do Ribeira também trazem o intercâmbio cultural com a população indígena (Queiróz, 2006).

Nessa fase da pesquisa de campo, ao tentar encontrar suporte para responder as questões acima, como: quem seriam os indígenas, a avó materna, Carolina de Paula Lima e seus descendentes, como tio Messias citado nos depoimentos, apresentou-se o conhecimento arqueológico de Itapeva e região, desde o período pré-colonial, a partir do estudo do sítio Fonseca, sítio cerâmico tupi-guarani, denominado no tempo presente de aldeia guarani pré-colonial (PALLESTRINI, 1969), culminando, mais tarde, no Projeto Paranapanema com ampla produção acadêmica. Os guaranis ocuparam as áreas de matas, próximas de cursos d'água. As áreas de planalto, campos e Matas de Araucária estavam relacionadas aos agricultores da família linguística Jê, da tradição Itararé-Taquara, relacionada aos kaingang (Araújo, A., 2001).

Nesse capítulo em específico, destacou-se o fato de que muitos arqueólogos descrevem o Estado de São Paulo como área de fronteira entre grupos ceramistas pré-coloniais e Itapeva é o marco do limite ecológico-cultural entre o grupo cultural Kaingang e o subgrupo Guarani, da tradição Tupiguarani. A região onde nasceu a vila de Itapeva, representa um mosaico de grupos humanos e estratégias diferenciadas de manejo do território e que viviam em ambientes diversos como florestas, matas, campos e cerrados (AFONSO, 2005). Assim, o objetivo foi o de reconstituir a ocupação humana pré-colonial das terras que viriam a pertencer a vila de Itapeva, desde há aproximadamente 2 mil anos, e destacar a importância do município para o desenvolvimento da arqueologia paulista e introduzir o quilombo do Jaó no contexto da arqueologia histórica.

A pesquisa procurou pensar essa interação, esse campo de trocas culturais e de experiências entre os dominados, formas de resistência, da construção de uma rede de relacionamentos, de casamentos desde o período escravista. Esse contexto, sem dúvida, forjou as cerâmicas caboclas evidenciadas por Silvio Araújo no centro da cidade de Itapeva e

que estavam em análise no momento da finalização desta pesquisa. O sítio HCR, sítio histórico de contato interétnico, a partir de fragmentos cerâmicos de vasilhas corrugadas e escovadas guarani, apresentou duas datações por termoluminescência para o assentamento, o período entre os anos de 1441 a 1521 e entre 1461 a 1621 da era cristã, anterior à fundação oficial da vila em 1769 (ARAÚJO, S., 2012).

O estudo anterior (MARQUES, 2001) já sinalizava a presença de indígenas e mestiços, uma população identificada como bugre, nas fazendas de Itapeva, ao lado da mão de obra escrava e do trabalho livre de mestiços e brancos como campeiros e peões nas fazendas na lida com os animais. Outro tipo social identificado foi o caçador de bugres, o bugreiro, mestiço ou indígena aculturado. As áreas de campos apropriadas pelos colonizadores deu início ao enfrentamento com os povos que ocupavam a região, guarani e kaingang. Aqui cabe destacar as facetas desse encontro: genocídio, escravização e miscigenação. Entretanto, segundo afirma John Monteiro (2001), as reações a esse contexto podem ser percebidas na incorporação de práticas de africanos e europeus, como o uso do cavalo, por exemplo, pela população nativa no período colonial, o que provocou reformulações de identidades, de configurações étnicas e sociopolíticas. Abordagem e interpretação construída a partir dos processos de etnogênese.

Os agricultores tradicionais Tupi, Guarani e Tupinambá, assim como os guaranis históricos cultivavam o milho, a mandioca, a batata, o amendoim, o feijão, a partir do sistema da policultura, além da produção da farinha (ROBRAHN-GONZALES, 2001). Nessa ordem de ideias, outras iguarias da dieta dos povos nativos passaram a fazer parte da alimentação do colonizador e seus descendentes em Itapeva, caçadas nos campos e cerrados a *inhambuú*, a codorna e a *inhambuapé*, a perdiz, a pomba do ar, o tatu, o veado, além do pinhão cozido. Parte da cultura rural do município e garantia de sobrevivência de sitiantes e caboclos, como no sítio Ponte Alta.

Nos séculos XVIII, XIX e início do XX, historiadores destacam a presença ou o retorno desses grupos indígenas para a região de Itapeva, Itapetininga e também a sua expulsão das terras do sertão e áreas de mata para a expansão da agricultura, a terra dos índios, como denominou Dora Corrêa (1997). A autora destaca que a fundação oficial da Vila de Itapeva em 1769 e a invasão dos campos de Guarapuava (atual estado do Paraná) demonstram a mudança na paisagem com ofensiva do Estado colonial sobre as terras indígenas. Portanto, procurou-se reconstituir esse contexto complexo, da conformação de uma extensa região pecuarista voltada para o mercado interno, da chegada de africanos e crioulos como mão de obra cativa nas fazendas e de expulsão, aldeamento e também de incorporação dessa população nativa como mão de obra nas fazendas.

A tese enfatizou a convivência de indígenas e seus descendentes num momento histórico em que as fazendas pecuaristas já contavam com a mão de obra escrava de africanos e crioulos, como a Pilão d'Água. Fernanda Spósito (2006, 2008) analisa a "região periférica" da 4ª comarca (Sorocaba) no século XIX e descreve o enfrentamento armado entre paulistas, mestiços, índios aculturados diante dos indígenas que permaneciam livres vivendo nas matas do Paranapanema, próximos as vilas de Itapeva e Itapetininga. Outro dado significativo levantado pela autora foi a reconstituição da presença de homens, mulheres e crianças da

etnia Guarani e Kaiowá nas fazendas em busca de proteção mediante o quadro de violência a que estavam sujeitos.

Finalmente, deve ser destacada a importância em torno da interação entre brancos, indígenas e africanos, seguindo os passos de Sérgio Buarque de Holanda, sem ficar limitada à perspectiva de aculturação, outras experiências ocorreram. A tese abre essa discussão ao apontar que para indígenas e africanos e seus descendentes essa interação se deu em níveis desiguais, mas ela ocorreu, ainda que com profundas mudanças culturais a partir da imposição do modelo dominador. A pesquisa de Eurípides Funes (1995) sobre os mocambeiros do Baixo Amazonas é exemplar para essa discussão sobre os processos de trocas, de convivência entre as populações nativas e quilombolas. Eram os nativos que tinham o conhecimento sobre o ambiente, apropriado pelos quilombolas em meio à formação de um forte sincretismo religioso de elementos, nativos, africanos e cristãos.

No início dos anos 30 do século XX, o corte de lenha para abastecer os vagões da Estrada de Ferro Sorocabana, transformou a paisagem e tornou-se uma fonte de renda para os fazendeiros empobrecidos com o fim do tropeirismo. Além disso, a mão de obra estava disponível no entorno das estações, os homens do Jaó, capazes de articular espaços de autonomia e vínculos de trabalho com os fazendeiros vizinhos. Transformam-se em condutores de carros de boi, lenheiros e passavam dias longe de casa. Foi a partir do entendimento desse contexto regional, que foi possível compreender a agricultura do Jaó como de forte herança feminina. Algumas mulheres agricultoras, hoje com idade avançada, ainda estão lá: as três irmãs Calisa, Albertina e Floriza; Noemi, Áurea, Maria José, Iracema, Leovir, Neusa, Isalina, entre tantas outras. Áurea me acompanhou em campo pela comunidade, indicando as terras de cultura e o modo como as mulheres cultivavam as terras, em grupo ou por “irmandades”, nunca sozinhas. Os habitantes do Jaó conseguiram conciliar os roçados familiares, cultivados e mantidos pelas mulheres e filhos, com o trabalho assalariado dos homens nas fazendas do entorno. O encontro das famílias se dava principalmente nos finais de semana.

Muitas construções do passado apresentaram pequenos indícios da antiga localização e uso, como o local das moradias das filhas de Joaquim e Josepha, identificadas como “taperas”, a presença de valos, marcos divisórios de antigos chiqueiros. Já outros se revelaram como paisagens na memória, arranjos antigos feitos na paisagem que desapareceram no tempo presente e que puderam ser recuperadas, georreferenciadas, com a presença deles em campo. Destes lugares, mereceu maior aporte da arqueologia o local identificado por eles, como da origem do sítio Ponte Alta, da primeira moradia de Joaquim e Josepha, no lugar denominado Capão, seguindo os indicativos na paisagem, como árvores e mina d'água, e orientada em campo pelos moradores.

Quanto à cultura material, os relatos e o trabalho de campo informam o uso do barro, do sapé, o cipó, da taquara ou ripas de madeira retirada das matas para a construção cobertura das moradias antigas de pau a pique, retocados com o saibro amarelo retirado das margens do córrego ribeirão do Jaó, próximo à antiga ponte de madeira, no lugar tradicionalmente denominado de Ponte Alta. Foi identificado um exemplar das casas de barro no terreno de

Roque, um personagem fundamental nesse reencontro do Jaó caboclo, e rerepresentada com perspectiva de musealização do lugar. Em termos de trocas culturais, além do predomínio do milho, pelos campos do sítio Ponte Alta, a caça foi fonte de alimentação, perdiz, codorna, pomba eram pegadas com o uso da arapuca e *juqué*, uma espécie de armadilha com laço.

O aporte da história e sua interface com a arqueologia, do diálogo constante entre a cultura material e as fontes históricas, foram fundamentais para contextualizar a formação desse território, por meio da apresentação dos elementos formativos da história e da paisagem local, da conformação regional onde o município de Itapeva está inserido historicamente. Como afirmado anteriormente, procurou-se evitar qualquer postura pré-concebida em busca de africanidades, mas sim criar condições para que eles relatassem a sua história, a forma de apropriação e uso das terras e dos recursos naturais.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A experiência vivida por eles é parte da história do Brasil e coloca Itapeva em estreita ligação histórica e ambiental com o sul. A pesquisa inicial foi concebida com o objetivo de se construir uma análise que permitisse contextualizar os vestígios, as marcas na paisagem e as lembranças, como preparação do terreno para os processos de ressignificação dos objetos e paisagens. A caracterização econômica e ambiental de Itapeva do século XX, tradicional produtora de milho e feijão, objetivou reconstituir esse interior rural caboclo e destacou o lugar da agricultura familiar na cidade e na região. Portanto, o Jaó não é exceção.

Os resultados da pesquisa podem trazer outras informações para a problematização do conceito de quilombo, hoje já muito distante da definição de reduto de negros fugidos, e que abrange uma pluralidade de contextos, de experiências, de trocas culturais, de formas múltiplas de resistência, de acesso e uso da terra.

Cabe destacar que durante o desenrolar da pesquisa meu posicionamento sobre a história do Jaó não foi aceito pelo representante da Divisão de Igualdade Racial de Itapeva na época, departamento vinculado à Secretaria da Cultura. Ao que parece a sua interpretação sobre a comunidade estava pautada na ideia de isolamento, de diferença étnico-racial, dos moradores como descendentes de ex-escravos, da terra doada e não comprada. Dessa maneira, o meu trabalho permaneceu afastado dos interesses do representante do movimento negro local na comunidade. Transformá-los em algo exótico, como uma “vila africana” de ex-escravos poderia ser mais atrativo para o município. Deu-se o tempo do silêncio, aguardei a decisão da comunidade e a pesquisa foi retomada e concluída.

A formação da comunidade, a história de vida dos fundadores do quilombo, as estratégias de sobrevivência como o uso da terra que conjugava domínios privados e áreas de uso comum, exigiu a construção de outro recorte analítico sobre a história do Estado de São Paulo, com ênfase para a sua relação com o sul do Brasil. Caso contrário, o Jaó poderia ser considerado, de forma errônea, como obra do acaso.

A paisagem recuperada nos depoimentos e nos deslocamentos pelo território, em muitos locais o olhar estrangeiro enxergaria apenas, o mato alto, capoeira, *a braquiara*. Com a pesquisa, evidenciou-se um sítio de agricultores, de produção diversificada, criadores de animais, com a predominância das mulheres no cultivo da terra, da prática de mutirão para

o plantio, a colheita e a construção das antigas casas de barro cobertas de sapé e pintadas de tom amarelo com o saibro retirado de um dos ribeirões da comunidade, e transformado em um elemento do seu modo de vida tradicional. A reconstituição desse cenário esteve baseada no entendimento de que a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos, um repositório de existências e vivências, cujos desenhos antigos puderam ser lembrados. Nesse contexto, no presente, como um elemento indicativo na paisagem, a presença de inúmeras minas d' água e árvores frutíferas como o abacateiro, limoeiros, bananeiras tornaram-se indícios de ocupação antiga. Muitas delas ainda podem ser vistas nos quintais.

O estudo mostrou que há uma história pretérita, em termos de cenário de ocupação, da ocupação indígena e também do intercâmbio cultural e de miscigenação entre indígenas e afro-brasileiros, no limiar do século XX. Por outro lado, as fazendas históricas, de criação e invernagens de animais que utilizavam a mão de obra escrava, fazem parte da extensa Rota dos Tropeiros, hoje visto como um circuito turístico, desde as estâncias gaúchas, passando pelos campos do Paraná até Itapeva e Sorocaba. Entretanto, há também uma outra rota vinda sul, igualmente indicadora de uma memória cultural regional, de um patrimônio histórico-cultural e arqueológico, que deve ser valorizada e formada pelos quilombos do sul do Brasil como Limoeiro, Casca e Jaó e Cafundó, em território paulista. Ainda que não tenham chegado ao tempo presente, os sítios Sitinho e Cerrado poderiam compor esse novo traçado.

A memória e a imagem dos afrodescendentes estão ligadas a um acontecimento histórico específico: a escravidão. Como destacam Priore e Venâncio (2004) a palavra negro, herança do período colonial, representava não apenas a cor da pele, raça ou etnia de um indivíduo, mas sobretudo a sua condição de escravo. A memória, as paisagens, os lugares de memória, a documentação cartorial, analisados conjuntamente, contam outra história: a da população afro-brasileira como proprietária de terras, de animais diversos e produtora não apenas para a subsistência, mas para a comercialização, conjugando a produção dos roçados familiares com o trabalho assalariado nas fazendas vizinhas. Fato que precisa ser reconhecido.

Nesse sentido, objetivou-se dar maior visibilidade ao interior paulista, a partir de outra perspectiva, de tal forma que a percepção da paisagem e da história da província, mais tarde estado de São Paulo, possa ser enriquecida e problematizada. A escolha do termo caboclo teve a intenção de salientar a convivência entre afrodescendentes e indígenas e seus descendentes que, de alguma forma reforça a ligação de Itapeva com o Sul, com a atividade da pecuária, onde o termo caboclo designa uma população rural que sobreviveu em áreas de campos e matas com forma de uso comum das terras e apropriação privada (TAVARES, 2008; BRANT, CAMPOS, 2008).

A pesquisa aponta para o entendimento do quilombo como local de abrigo e socialização dos menos favorecidos e não apenas dos afrodescendentes, um caminho para se pensar os grupos marginalizados na sociedade brasileira como um espaço de trocas culturais, entre brancos pobres, indígenas, mestiços, africanos e afrodescendentes, de reprodução de saberes tradicionais, populares, representativos da nacionalidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. 2010. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria. In: Barrio, Ángel Espina; Motta, Antonio; Gomes, Mário Hélio. (Org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. 1ª ed. Recife: Massangana, v. 1, p. 65-79.
- AFONSO, M. C. 2005. *Um olhar para a arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo*. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALMEIDA, A. W. de. 1989. *Terras de preto, terras de santo e terras de índio- uso comum e conflito*. Belém: NAEA/UFPA.
- ALMEIDA, A. W. de. 1996. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS- PROJETO VIDA DE NEGRO. *Frechal: terra de preto*. São Luís, Maranhão.
- ALMEIDA, . A. W. de. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. vol 6, nº1, p.9-32.
- ALMEIDA, . A. W. de. 2006. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. V.2. *Projeto: Nova Cartografia Social da Amazônia*. PPGSCA, UFAM/Fundação Ford. Manaus, p. 101-132.
- ARAUJO, A. 2001. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARAÚJO, S. 2012. *Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema Superior*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARRUTI, J.M. 2006. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- BANDEIRA, M. de L. 1988. *Território negro em espaço branco. Estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo, Brasiliense/CNPQ.
- BOSI, E. 1987. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz /Edusp.
- BRANT, M.; CAMPOS, N. J. de. 2008. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. *Geosul*, Florianópolis, v. 23, n.45, p 43-64, jan/jun.
- BRUNO, C. 2006. Museus e pedagogias museológicas: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In.: Milder, S. E. (Org). *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, p.119-140.
- CANDIDO, A. 1977. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades.
- CASTRO, 1998. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- CORRÊA, D. S. 1997. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 - 1930)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSGROVE, D. 2004. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL. *Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed., Rio de Janeiro: EDUERJ, p.92-123.
- CRIADO BOADO, F. 1999. Del terreno ao espacio: Planteamientos y Perpectivas para La Arqueología del Paisaje. In: CAPA, 6. *Criterios y Convenciones em arqueologia Del Paisaje. Grupo de investigação de La Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela*.
- FRY, P; VOGT, C. 1996. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FUNES, E. A. 1995. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GALLARDO, D. H. G. 1988. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. Revista Brasileira de História*. Vol. 8, n.16, p.161-188.
- GOMES, F dos. 1996. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, J.J.; GOMES, F. dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUSMÃO, N. M. de. 1996. *Terra de preto, terra de mulheres: terra, mulher e raça em um bairro rural negro*. Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MACHADO, P. 2001. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, A.; AREND, Maria F. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed.da UFSC.
- MARQUES, S.C. 2001. *História e memória do Jaó: um bairro rural de negros*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MARTINS, J. de S. 1994. *O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec.
- MONTEIRO, J. 2001. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre-Docência, Área de Etnologia, Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas.
- MORAIS, J.L. 2000. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 10:3-30.
- NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.
- O'DWYER, E. C. (org.) 1995. *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro, Boletim da Associação Brasileira de Antropológica.
- O'DWYER, E. C. 2002 (org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV.

- OSÓRIO, H. 2007. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PALLESTRINI, L. 1969. *Sítio arqueológico Fonseca*. Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
- PETRONE, M. T. S. 1976. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Editora Nacional – INL.
- PRIORE, M. D., VENÂNCIO, R. P. 2004. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- QUEIRÓZ, R. da S. 2006. *Caipiras negros no vale do Ribeira*. 2ª ed., São Paulo, EDUSP.
- ROBRAHN- GONZALES, E. M. 2001. As aldeias circulares do Brasil Central. In.: *Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado*. São Paulo: EDUSP/MAE.
- SAUER, C. A. 2004. Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, L. *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª ed., Rio de Janeiro: EdUERJ, p.12-74.
- SCHWARTZ, S. 2001. *Roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, EDUSC.
- SILVA, M.O. L. da. 1995. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São 2ª ed, Paulo: Brasiliense.
- SLENES, R. 1996. Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.
- SPÓSITO, F. 2006. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional Brasileiro e conflitos na província de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SPÓSITO, F. 2008. *A liberdade dos indígenas no império do Brasil*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro.
- VARINE-BOHAN, H. A. 2000. Nova Museologia: Ficção ou Realidade. In: *Museologia Social*, Porto Alegre, p. 21- 35.
- TAVARES, L. A. 2008. *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.